

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS

UMA DIALÉTICA INESIANA: ENTRE A HISTÓRIA E A FICCIONALIZAÇÃO EM OS
LUSÍADAS

Luana Magalhães dos Santos

São Carlos
2023

LUANA MAGALHÃES DOS SANTOS

UMA DIALÉTICA INESIANA: ENTRE A HISTÓRIA E A FICCIONALIZAÇÃO EM OS
LUSÍADAS

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do
título de licenciada em Letras (Português -
Espanhol) pela Universidade Federal de São
Carlos.

Orientador: Daniel Marinho Laks

São Carlos

2023

Uma dialética inesiana: entre a história e a ficcionalização em *Os Lusíadas*

Luana Magalhães dos Santos

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do
título de licenciada em Letras pela
Universidade Federal de São Carlos.

Aprovado em: 23/09/2024.

BANCA EXAMINADORA

Orientador

Daniel Marinho Laks
Universidade Federal de São Carlos

Membro da banca

Gustavo Luiz Nunes Borghi
Universidade de São Paulo

AGRADECIMENTOS

A Deus, sempre.

Ao meu companheiro, Willian, por acreditar em mim desde o início da minha trajetória acadêmica e permanecer ao meu lado em todas as circunstâncias. Assim como nos comprometemos a nos apoiar mutuamente, você foi o meu maior encorajamento e conforto.

Aos meus pais, Regina e Miranda, por todos os sacrifícios que fizeram por mim, abdicando de vontades individuais a fim de me verem crescer em condições melhores em comparação às que viveram.

Ao meu orientador, o Prof. Dr. Daniel Laks, pela generosidade em dispor-se a me auxiliar durante os processos de pesquisa e construção do presente trabalho.

À banca examinadora e, em especial, ao Prof. Dr. Gustavo Luiz Borghi, pela contribuição e pelo tempo dedicado à avaliação deste projeto.

Aqueles que não estudam história estão condenados a repeti-la. Contudo, aqueles que de fato estudam história, estão condenados a assistir, impotentes, enquanto todos os outros a repetem.

(George Santayana)

RESUMO

Partindo da representação literária de Inês de Castro em *Os Lusíadas*, o presente trabalho busca a compreensão acerca das relações existentes entre os dados biográficos de Inês, disponíveis para a época, e o processo decorrido por sua ficcionalização na obra camoniana, cuja retratação deu-se a partir de uma linguagem poética e metaforizada fugaz ao padrão empregado pelo narrador épico para a descrição dos célebres feitos pertencentes ao povo lusitano. Nesse sentido, objetiva-se o destrinchamento sobre o desenvolvimento da mescla entre a personagem camoniana, proveniente do âmbito literário, e a figura histórica, derivada de seus caracteres biográficos.

Palavras-chave: Inês de Castro; *Os Lusíadas*; ficcionalização inesiana; historiografia inesiana.

ABSTRACT

Starting from the literary representation of Inês de Castro in "Os Lusíadas," this paper seeks to understand the relationships between the biographical data of Inês available at the time and the process of her fictionalization in Camões' work. The portrayal of Inês is achieved through poetic and metaphorical language that diverges from the standard used by the epic narrator to describe the famous deeds of the Lusitanian people. In this sense, the aim is to unravel the development of the blend between the literary character created by Camões and the historical figure derived from her biographical characteristics.

Keywords: Inês de Castro; *Os Lusíadas*; inesian fictionalization; inesian historiography.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. A HISTORIOGRAFIA MEDIEVAL PORTUGUESA DE INÊS DE CASTRO	10
2.1 A Rainha póstuma de Portugal	13
3. A REPRESENTAÇÃO INESIANA EM <i>OS LUSÍADAS</i>	15
3.1 Camões e a simbologia inesiana no amor	23
4. A LITERATURA E A HISTORIOGRAFIA NO TEMA INESIANO	26
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS	31

1. INTRODUÇÃO

Os entendimentos acerca das distinções entre as características atribuídas à modalidade ficcional das personagens e à categorização de pessoa enquanto ser humano, indivíduo dotado de racionalidade, confundem-se veementemente diante de associações costumeiras realizadas pelo embasamento ficcional literário, isto é, a personagem, inspirada pela história, ganha qualificações do plano real, enquanto a pessoa, convertida em linguagem poética, torna-se ficcionalizada. Nesse sentido, dotada de interpretações, a literatura transforma-se em um instrumento capaz de acréscimo ou/e limitação frente às fontes concebidas pela historiografia.

Por conseguinte, o presente trabalho de conclusão de curso busca a construção de um paralelo comparativo em relação ao curso de seu objeto de estudo, Inês de Castro, tanto na sua qualidade enquanto componente fundamental à retratação da historiografia medieval de Portugal, durante a primeira metade do século XIV, quanto como um elemento ficcionalizado - a personagem - a partir do poema épico escrito por Luís Vaz de Camões, *Os Lusíadas*, constituído por dez cantos que narram e acompanham a trajetória de construção da nacionalidade lusitana até meados do século XVI.

Na primeira parte desse percurso, tem-se a compilação de dados biográficos fundamentais de Inês de Castro, extraídos da página virtual Fundação Inês de Castro (2023), e das obras de Garmes e Siqueira (2009); Vasconcelos (1933); Lima e Arruda (2021); Lancaster (2012); e Santos (2005) para constituir-se uma linha temporal segura acerca de seu trajeto de, aproximadamente, trinta anos de vida, além de um capítulo destinado a uma sucinta explicação quanto à sua suposta titularidade de rainha póstuma de Portugal.

O segundo tópico inicia-se com a apresentação e a interpretação do episódio - segundo os estudos produzidos por Bueno (1960) - dedicado à Inês de Castro em *Os Lusíadas*, descrito entre as estâncias 118 a 136 do canto III, durante o reinado de Afonso IV de Portugal, em que o narrador da epopeia não apenas expressa sua lamentação sobre os acontecimentos a serem narrados, como também, retrata Inês a partir de uma relação conflituosa com o Amor - enquanto entidade mitológica -, cujos anseios culminaram no trágico fim da jovem. Em seguida, é finalizado com a simbologia camoniana do Amor atribuída à Inês de Castro através dos aparatos teóricos promovidos por Botelho (2023), Sousa (1996) e Santos (2005).

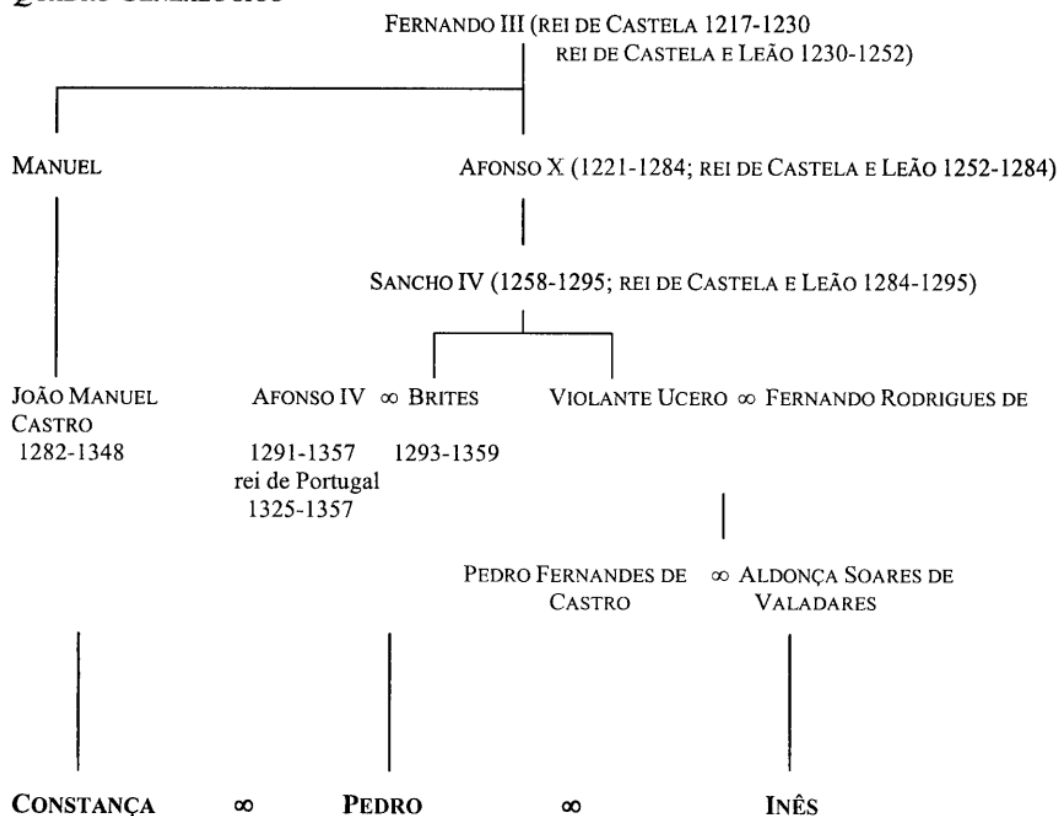
A seção final, por sua vez, é dedicada ao delineamento das semelhanças e das diferenças entre as retratações histórica e literária de Inês de Castro, conforme as citações de crônicas em que sua aparição é destacada e as considerações teóricas expressas por Luís (1983), D'Onofrio (2007) e Santos (2005), explicitando-se a importância da historiografia medieval inesiana na constituição do ser literário de Inês de Castro na épica camoniana e elucidando-se o processo interativo entre esses extremos, por vezes, inseparáveis.

2. A HISTORIOGRAFIA MEDIEVAL PORTUGUESA DE INÊS DE CASTRO

No que tange aos registros históricos de Inês de Castro, a pesquisa torna-se um tanto quanto limitada uma vez que conta com pouquíssimas fontes factuais que escapam de representações literárias em que a suposta cronografia da rainha póstuma parece ter sido concebida. Nesse sentido, baseando-se nas referências trazidas por Garmes e Siqueira (2009, p.14), Inês Pires de Castro nascera entre os anos de 1320 e 1325 em Ourense, na Galícia, como filha bastarda de D. Pedro Fernandes de Castro, um dos fidalgos mais ilustres do trono espanhol, cuja casa, D'Castro, pertencia ao Reino de Castela. Por meio de sua mãe, a aristocrata Aldonça Lourenço de Valadares, Inês possuía parentesco direto com a família real portuguesa.

Diagrama 1 - Quadro Genealógico de Inês de Castro

QUADRO GENEALÓGICO



Fonte: SANTOS, 2005.

A filha, embora ilegítima¹, crescera em condições dignas de nobreza. Em sua infância, Inês fora enviada ao Castelo de Peñafiel, em Valladolid, a fim de preparar-se para, futuramente, tornar-se dama de companhia. Nesse ambiente, conhecera Constança Manuel, sua prima distante por via materna, com quem passara boa parte de sua juventude e desenvolvera um forte vínculo afetivo. Poucos anos depois, ao ter seu casamento arranjado com o herdeiro da casa real portuguesa, Pedro (futuramente, D. Pedro I de Portugal), Constança partiu para Portugal com seu séquito, o qual contava com a presença da dama de companhia Inês de Castro.

Não demorou muito para que Pedro se apaixonasse por Inês, amor acrescido pela notável indiferença do príncipe em relação à Constança. A galega correspondera aos sentimentos do infante e, rapidamente, ambos se converteram em amantes, numa relação tão intensa que facilmente poderia fazer-se de cunho público, fato que desagradou tanto a Constança, quanto a corte portuguesa. Entretanto, surpreendendo as más-línguas, Pedro cumpria com o acordo matrimonial, casando-se com Constança Manuel, em 1339, e satisfazendo os desejos de seu pai, o presente rei de Portugal, Afonso IV, o qual, com a união, buscava o término dos conflitos entre os reinos de Portugal e Castela.

No nascimento de seu primeiro filho com D. Pedro, Constança designou Inês para assumir o papel de madrinha da criança, numa tentativa de romper os laços amorosos entre a jovem e seu esposo, uma vez que a relação entre ambos passaria a ser considerada incestuosa segundo o código canônico da época (Vasconcelos, 1933). Contudo, com a morte precoce do primogênito de Pedro, Inês se vira livre do compromisso.

Temendo a potência anticonvencional e imoralista que o relacionamento amoroso poderia atingir, bem como a proximidade entre Pedro e os irmãos de Inês, Fernando de Castro e Álvaro Pirez de Castro, D. Afonso IV, convencido pela forte influência dos nobres portugueses, optou por desterrar a jovem, em 1344, expulsando-a da corte e enviando-a ao Castelo de Albuquerque, em Badajoz, no norte da Espanha. Contudo, apesar da distância, o amor entre Inês e Pedro

¹ Segundo Isabel Lencastre (2012, p.02), os filhos ilegítimos dos reis, aos quais a autora se refere como os bastardos reais, atravessaram a história da Monarquia Lusitana desde sua fundação. Nesse sentido, tal como na Monarquia Castelhana, a transmissão de títulos de nobreza para os bastardos era comumente realizada.

manteve-se vivo, sustentado pelo envio de cartas e frequentes visitas do infante à jovem.

Em novembro de 1345, Constança morre poucas semanas após dar à luz ao seu terceiro filho, Fernando (futuramente, Fernando I de Portugal). Pedro, recém-viúvo, sentira-se liberto para ordenar o fim do exílio de Inês, a qual passou, pouco tempo depois, a viver com o infante numa casa - cuja construção foi ordenada pela Rainha Santa, avó de Pedro - situada no Paço de Santa Clara, em Coimbra, junto ao Rio Mondego e à Quinta das Lágrimas. Segundo Lima e Arruda (2021, p.78):

Pedro continuou seu romance com Inês, mas não assumiu seu relacionamento nem decidiu desposar outra mulher. Enquanto Inês vivia em Coimbra com os três filhos do casal, Pedro enfrentava a ira de seu pai contra a união que ameaçava a supremacia de Portugal, devido à influente família castelhana de Inês.

Desse modo, o principal dissentimento quanto à relação amorosa viera por cunho político: Inês, embora filha bastarda, pertencia à influente família castelhana D' Castro. O casamento com o futuro rei de Portugal poderia facilmente configurar-se como artimanha para uma possível unificação entre os reinos e a consequente perda do poder e da autonomia lusitana: "Inês continua, assim, a ser peça primordial neste jogo de interesses, cujas dimensões ibéricas podem levar a um novo período de instabilidade, que deve ser evitado a todo o custo." (Santos, 2005, p.30).

Somada à desaprovação da corte portuguesa, do povo em geral e de D. Afonso IV, iniciou-se, nessa mesma época, a circulação de rumores que afirmavam a conspiração de um plano de assassinato contra o filho de Pedro e Constança, Fernando, por parte dos irmãos Castro, para que os filhos de Inês e Pedro fossem alavancados para trono português.

Com o acúmulo de contrariedades, temores e especulações, o rei Afonso IV, em 07 de janeiro de 1355, perante um breve julgamento em Montemor-o-Velho, vila próxima a Coimbra, decide desfazer-se de todo factível mal que a união entre Pedro e Inês pudesse proporcionar, ordenando a execução imediata da jovem, acusada de traição contra o reino. Com a decisão, aproveitou-se do tempo que Pedro usufruía para realizar suas caças matinais a fim de se consumir o ato, enviando três de seus algozes, Pêro Coelho, Álvaro Gonçalves e Diogo Lopes Pacheco, que degolaram brutalmente Inês por volta de seus 30 anos.

2.1. A rainha póstuma de Portugal

Após a descoberta da morte de sua amada, Pedro rompera todas as relações com Afonso IV, voltando-se contra o Rei e instaurando uma guerra civil, cujo término se deu após alguns meses através da intervenção da rainha Beatriz de Castela, mãe de Pedro. Com as concessões outorgadas pela Rainha para o fim dos conflitos, Pedro ocupava-se de importantes funções políticas (Santos, 2005, p.35) as quais aproximaram-no significativamente do poder.

Em 1357, com o falecimento de seu pai, Pedro ascende ao trono, tornando-se Rei de Portugal e Algarves. Pouco tempo após sua coroação, exigiu punição aos responsáveis pela execução de Inês, conseguindo encontrar dois dos três algozes, em Castela, designados para a realização da execução:

A punição dos dois conselheiros foi de uma crueldade sem precedentes: em 1361, depois de torturados para que delatassem outros participantes da execução de Inês, os dois tiveram o coração arrancado ainda em vida: Pero Coelho através do peito, e Álvaro Gonçalves pelas costas – o rei não “acreditava” que tivesse coração quem pudesse ter participado daquele odioso crime. (Garmes; Siqueira, 2009, p.16).

A partir daí, ao episódio de Inês de Castro se atribuem algumas versões, conforme determinados documentos históricos, convergentes num eixo central: em 12 de Junho de 1360, D. Pedro I teria declarado que tivera seu casamento com Inês legitimado secretamente em Bragança, alguns anos antes, para poupar seu pai do infortúnio. Portanto, embora já estivesse morta, Inês se tornara rainha póstuma de Portugal, fato motivador da alcunha “Rainha depois de morta”, pela qual é citada na épica camoniana. Ademais, embora o aparato histórico existente não legitime o acontecimento, em seguida à revelação do Rei, teria sido consumada, de modo obrigatório à toda população, a cerimônia de beija-mão com Inês de Castro já decrépita:

A imaginação cedo tornou tal homenagem simbólica numa cerimônia formal em que as três ordens do Estado (clero, nobreza e povo) beijaram a mão à “Rainha Morta” cujo cadáver desenterrado e sentado num trono foi desde sempre assumido como sinal definitivo de uma paixão sem limites. (Fundação Inês de Castro, 2023).

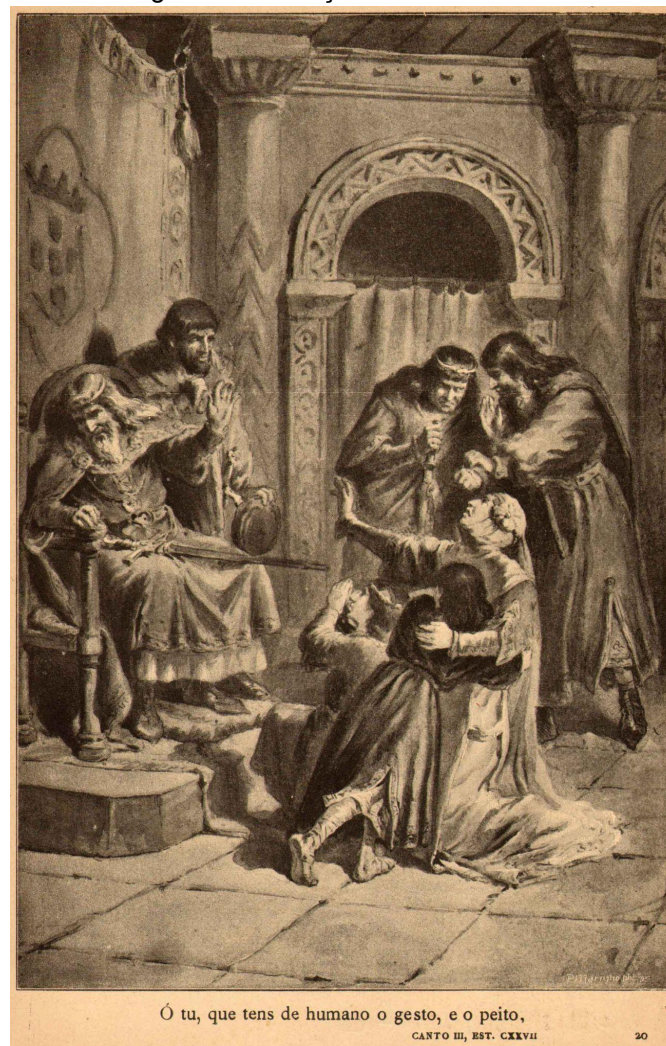
Com a oficialização da união, D. Pedro I transferiu os restos mortais de Inês ao mosteiro de Alcobaça, onde lhe destinara um túmulo ornamentado dignamente para uma rainha. De frente ao túmulo de D. Inês, posicionara um segundo,

reservado a si, para que “no dia do Fim, eles fossem os primeiros a se olharem.” (Lima; Arruda, 2021, p.7).

3. A REPRESENTAÇÃO INESIANA EM OS LUSÍADAS

O episódio referente à Inês de Castro é introduzido, ao leitor, a partir do quinto verso da estância 118, prolongando-se à estância 136, a qual o finaliza apresentando as consequências decorrentes do assassinato da jovem.

Imagem 1 - Execução de Inês de Castro



Fonte: GAMEIRO, 1900.

Por conseguinte, na segunda metade da estância 118 e na estância 119, o narrador épico coloca-se comovido ao recordar-se do caso inesiano, afirmando-lhe como tão “di[g]no da memória / Que do sepulcro os homens desenterra” (Camões, p.100, 2012) para, em seguida, apontar os primeiros traços descritivos da personagem, “mísera e mesquinha” (Camões, p.100, 2012), isto é, remontando à percepção popular de Inês como infeliz, digna de compaixão e desprovida de luxos

em vida, mas que, contraditoriamente, fora coroada² rainha após sua morte, “Que de[s]pois de ser morta foi Rainha” (Camões, p.100, 2012). Os próximos versos aludem à invocação do Amor como elemento personificado, uma santidade possuidora de um altar próprio, que, dado seu caráter indomável nos corações humanos, fora assinalada como agente responsável pela morte de Inês, além de “Como se fora pérfida inimiga” (Camões, p.100, 2012), ter-lhe determinado um destino cruel. O eu-narrador, nesse sentido, caracteriza o Amor como “áspero e tirano” (Camões, p.100, 2012), assemelhando-o à noção da tirania monárquica, uma vez que, dotado de soberania, determina suas vítimas conforme interesses íntimos, convertendo-se numa figura incapaz de ser comovida por lágrimas de sofrimento, no anseio de contentar-se, somente, com o sangue derramado orgulhosamente em seu nome.

O caso triste, e di[g]no da memória
Que do sepulcro os homens desenterra.
Aconteceu da mísera e mesquinha
Que de[s]pois de ser morta foi Rainha (Camões, III.118.5-8).

Tu só, tu, puro Amor, com força crua,
Que os corações humanos tanto obriga,
Deste causa à molesta morte sua,
Como se fora pérfida inimiga.
Se dizem, fero Amor, que a sede tua
Nem com lágrimas tristes se mitiga,
É porque queres, áspero e tirano,
Tuas aras banhar em sangue humano (Camões, III.119.1-8).

Na estância 120 inicia-se, propriamente, o processo de rememoração da história inesiana a partir do narrador épico: Inês é retratada como uma moça no ápice de sua juventude e inocência, “De teus anos colhendo doce fru[i]to,” (Camões, p.101, 2012), a qual aparece nas proximidades do Rio Mondego explicando, aos componentes da paisagem que a rodeiam, acerca da pessoa pela qual está enamorada. Realizando um paralelo com a anterior, a estância seguida aponta, por sua vez, a reação do amado de Inês, o príncipe Pedro I de Portugal, nos momentos em que a jovem aparecia em suas lembranças, fazendo-lhe recordar prontamente de seu olhar e ocupando seus pensamentos e seus sonhos, ambos, sob quaisquer efeitos, convertidos em “memórias de alegria” (Camões, p.101, 2012).

² Segundo Bueno (1960, p.309), podem-se conferir dois sentidos ao termo *Coroação*: o primeiro, como o título de rainha atribuído à Inês, após sua morte, por Pedro I, conforme a legitimação jurídica do matrimônio morganático secretamente realizado anos antes; o segundo, como a cerimônia de transladação dos restos mortais de Inês para a consumação do evento de beija-mão.

Estavas, linda Inês, posta em sossego,
 De teus anos colhendo doce fru[i]to,
 Naquele engano da alma, ledó e cego,
 Que a Fortuna não deixa durar muito,
 Nos saüdosos campos do Mondego,
 De teus fermosos olhos nunca enxu[i]to,
 Aos montes ensinando e às ervinhas
 O nome que no peito escrito tinhas (Camões, III.120.1-8).

Do teu Príncipe ali te respondiam
 As lembranças que na alma lhe moravam,
 Que sempre ante seus olhos te traziam,
 Quando dos teus fermosos se apartavam;
 De noite, em doces sonhos que mentiam,
 De dia, em pensamentos que voavam.
 E quanto, enfim, cuidava e quanto via
 Eram tudo memórias de alegria (Camões, III.121.1-8).

Nas sequências estanciais, tem-se a reprodução da resistência de Pedro em relação à escolha de outras mulheres - em decorrência da morte de Constança - que possam ocupar seus “tálamos” (Camões, p.101, 2012), isto é, seu leito nupcial, em virtude do “puro amor” (Camões, p.101, 2012) que lhe forneceu “um gesto suave” (Camões, p.101, 2012), aludindo ao sentimento gerado por Inês. Visualizando a indisposição do filho para firmar um novo acordo matrimonial, bem como os boatos maledicentes que já ocupavam o imaginário popular - tangentes à ascensão de Inês ao trono e as consequências subsequentes - Afonso IV “Tirar Inês ao mundo determina” (Camões, p.101, 2012), acreditando ser a única opção restante para “Matar do firme amor o fogo aceso” (Camões, p.101, 2012). Desse modo, o eu-narrador discorre de que maneira a mesma espada que enfrentara o “furor Mauro” (Camões, p.101, 2012), concernente à Batalha de Salado narrada anteriormente no Canto, seria capaz de ser empunhada contra Inês, “üa fraca dama delicada” (Camões, p.101, 2012).

De outras belas senhoras e Princesas
 Os desejados tálamos enjeita,
 Que tudo, enfim, tu, puro amor, desprezas
 Quando um gesto suave te sujeita.
 Vendo estas namoradas estranhezas,
 O velho pai sisudo, que respeita
 O murmurar do povo e a fantasia
 Do filho, que casar-se não queria, (Camões, III.122.1-8).

Tirar Inês ao mundo determina,
 Por lhe tirar o filho que tem preso,
 Crendo co sangue só da morte indi[g]na
 Matar do firme amor o fogo aceso.
 Que furor consentiu que a espada fina
 Que pôde sustentar o grande peso

Do furor Mauro, fosse alevantada
Contra ãa fraca dama delicada? (Camões, III.123.1-8).

Entre as estâncias 124 e 135, o narrador épico evidencia e desenvolve os fatos que possivelmente se sucederam no cenário da morte de Inês: o ato é iniciado pelos algozes que trazem a jovem à frente do Rei, o qual, por sua vez, embora “já movido a piedade” (Camões, p.101, 2012), continua persuadido pela opinião popular que oferecia motivações “falsas e ferozes” (Camões, p.101, 2012) - incluindo a de seus algozes - para consumir-se a execução. Nesse ponto, nota-se que a culpabilidade frente à decisão de executar Inês, ora recai sobre os algozes, ora sobre o júri popular, ora sobre o Amor, isto é, a piedade atribuída ao Rei é passível de ser interpretada como fruto de seu título num viés de parcialidade do narrador épico, logo, a figura do Rei deveria aparecer em consonância com a virtude carregada pelo sentimento piedoso. Inês, que já compreendera a gravidade de sua situação, chorava e lamentava, antecipando a saudade de seu amado e de seus filhos, fato que, segundo o eu-narrador, a ela seria mais doloroso do que sua própria morte. Desse modo, uma vez que suas mãos “lhe estava atando / Um dos duros ministros rigorosos” (Camões, p.102, 2012), levantou seu olhar ao céu, consumido pelas lágrimas e pelo sentimento de misericórdia, para, logo após, voltar-se ao seus filhos, os quais presenciavam a cena. Temendo os destinos das crianças em frente ao “avô cruel” (Camões, p.102, 2012), Inês começa seu discurso de súplica.

Traziam-[n]a os horríficos algozes
Ante o Rei, já movido a piedade;
Mas o povo, com falsas e ferozes
Razões, à morte crua o persuade.
Ela, com tristes e piedosas vozes,
Saídas só da mágoa e saudade
Do seu Príncipe e filhos, que deixava,
Que mais que a própria morte a magoava, (Camões, III.124.1-8).

Pera o céu cristalino alevantando,
Com lágrimas, os olhos piedosos
(Os olhos, porque as mãos lhe estava atando
Um dos duros ministros rigorosos);
E de[s]pois nos meninos atentando,
Que tão queridos tinha e tão mimosos,
Cuja orfandade como mãe temia,
Pera o avô cruel assi[m] dizia: (Camões, III.125.1-8).

Desse modo, as estâncias 126 a 129 constituem os clamores de Inês, os quais a moça dirige a Afonso IV, comparando-o às “brutas feras” (Camões, p.102, 2012) que, embora selvagens por natureza, demonstraram piedade defronte a

situações que envolveram crianças: Inês cita o caso das aves rapinas que, segundo mitologias, criaram e protegeram a Semíramis, rainha assíria e mãe de Nino³, quando fora abandonada numa floresta para morrer, ainda criança; e o caso dos irmãos Rômulo e Remo, os quais, antes de edificarem Roma, supostamente foram adotados e criados por uma loba. Destarte, Inês pede para que o Rei, beneficiado com as qualidades humanas, ainda que “Se de humano é matar ùa donzela” (Camões, p.102, 2012), tenha misericórdia de seus filhos e não transfira a eles sua culpa em relação à conquista do amor de Pedro. De fato, embora frutos indiretos dessa fantasiosa culpa de Inês, entende-se que os filhos da moça com Pedro, como explicado na seção anterior, poderiam representar uma ameaça à estabilidade política de Portugal caso um deles ascendesse ao trono e o anexasse à coroa espanhola.

— Se já nas brutas feras, cuja mente
Natura fez cruel de na[s]cimento,
E nas aves agrestes, que somente
Nas rapinas aéreas têm o intento,
Com pequenas crianças viu a gente
Terem tão piedoso sentimento
Como coa mãe de Nino já mostraram,
E cos irmãos que Roma edificaram: (Camões, III.126.1-8).

Ó tu, que tens de humano o gesto e o peito
(Se de humano é matar ùa donzela,
Frac e sem força, só por ter sujeito
O coração a quem soube vencê-la),
A estas criancinhas tem respeito,
Pois o não tens à morte escura dela;
Mova-te a piedade sua e minha,
Pois te não move a culpa que não tinha (Camões, III.127.1-8).

Inês continua seu discurso alegando ao Rei que se “A morte sabes dar com fogo e ferro” (Camões, p.102, 2012), remontando aos conflitos com os mouros, seria capaz de “dar vida com clemência, / A quem pera perdê-la não fez erro” (Camões, p.102, 2012), portanto, poupando-a da morte e, caso essa inocência fosse compreendida, poderia optar por desterrá-la permanentemente “Na Cítia fria ou lá na Líbia ardente” (Camões, p.102, 2012) - dois extremos climáticos quase insuportáveis para a permanência humana - onde viveria para sempre infeliz. Ademais, na estância 129, finaliza-o com a sugestão de colocá-la “Entre leões e tigres” (Camões, p.103, 2012) para que consiga encontrar a piedade que não recebeu “entre peitos

³ Engano do poeta: Nino, na verdade, foi esposo de Semíramis, com quem teve um filho, Ninias (BUENO, 19–, p.315).

humanos” (Camões, p.103, 2012) e ali criar seus filhos, de modo a servirem de consolo para sua tristeza.

E se, vencendo a Maura resistência,
A morte sabes dar com fogo e ferro,
Sabe também dar vida, com clemência,
A quem pera perdê-la não fez erro.
Mas, se to assi[m] merece esta inocência,
Põe-me em perpétuo e mísero desterro,
Na Cítia fria ou lá na Líbia ardente,
Onde em lágrimas viva eternamente (Camões, III.128.1-8).

Põe-me onde se use toda a feridade,
Entre leões e tigres, e verei
Se neles achar posso a piedade
Que entre peitos humanos não achei.
Ali, co amor intrínseco e vontade
Naquele por quem mouro, criarei
Estas relíquias suas, que aqui viste,
Que refrigério sejam da mãe triste (Camões, III.129.1-8).

Comovido pelas palavras de Inês e inclinado a perdoá-la, o Rei não tivera tempo de expressar-se: fora interrompido pelos golpes das espadas dos algozes contra Inês, os quais ansiavam pela resolução popular da sentença. Pensando no destino selado para a dama, o eu-narrador questiona o porquê dos “peitos carniceros” (Camões, p.103, 2012) dos capangas aparecerem no lugar de atitudes próprias de “cavaleiros” (Camões, p.103, 2012) e compara a cena ao acontecido com Policena: a noiva de Aquiles fora morta por Pirro, filho do herói, após o último afirmar ter sido aconselhado pelo fantasma do pai a executá-la, “Porque a sombra de Aquiles a condena” (Camões, p.103, 2012). Quando Pirro prepara-se para matá-la, Policena concorda serenamente com o sacrifício “Bem como paciente e mansa ovelha” (Camões, p.103, 2012), apesar da angústia de sua mãe diante da tragédia.

Queria perdoar-lhe o Rei beni[g]no,
Movido das palavras que o magoam;
Mas o pertinaz povo e seu destino
(Que desta sorte o quis) lhe não perdoam.
Arrancam das espadas de aço fino
Os que por bom tal feito ali apregoam.
Contra ùa dama, ó peitos carniceros,
Feros vos amostrais, e cavaleiros? (Camões, III.130.1-8).

Qual contra a linda moça Policena,
Consolação extrema da mãe velha,
Porque a sombra de Aquiles a condena,
Co ferro o duro Pirro se aparelha;
Mas ela, os olhos com que o ar serena
(Bem como paciente e mansa ovelha)
Na mísera mãe postos, que endoudece,

Ao duro sacrifício se oferece: (Camões, III.131.1-8).

A trágica cena completa-se na estância 132, na qual o eu-narrador indica o pescoço como local de ataque dos algozes contra Inês, “No colo de alabastro” (Camões, p.103, 2012) - degolada tal como Policena oferecendo-se ao sacrifício -, e o caracteriza como a base de sustentação para face da jovem, detentora dos traços que levou o Amor a flechar o coração do príncipe Pedro, posteriormente responsável por tornar Inês rainha póstuma de Portugal - “obras com que Amor matou de amores / Aquele que depois a fez Rainha” (Camões, p.103, 2012) -. Destarte, os verdugos “Se encarniçavam, férvidos e irosos” (Camões, p.103, 2012) com as espadas banhadas pelo sangue e pelas lágrimas de Inês, que corriam pelos seus seios - “as brancas flores” (Camões p.103, 2012) -, sem a previsão do castigo que lhes estaria reservado.

Tais contra Inês os brutos matadores,
No colo de alabastro, que sustinha
As obras com que Amor matou de amores
Aquele que de[s]pois a fez Rainha,
As espadas banhando, e as brancas flores,
Que ela dos olhos seus regadas tinha,
Se encarniçavam, férvidos e irosos
No futuro castigo não cuidados (Camões, III.132.1-8).

Com a morte de Inês consumada, o eu-narrador insinua que o Sol poderia ter deixado de iluminar o dia, “Bem puderas, ó Sol, da vista destes, / Teus raios apartar aquele dia” (Camões, p.103, 2012), tal qual no caso de Tiestes, quem, segundo a mitologia grega, fora enganado por seu irmão, Atreu, que lhe serviu os próprios filhos mortos em um banquete, aproximando os eventos trágicos pela crueldade e atrocidade exibidas. Em seguida, aponta que os “côncavos vales”(Camões, p.104, 2012) reverberaram o chamamento de Pedro, por Inês, antes da jovem finir-se.

Bem puderas, ó Sol, da vista destes,
Teus raios apartar aquele dia,
Como da seva mesa de Tiestes,
Quando os filhos por mão de Atreu comia.
Vós, ó côncavos vales, que pudestes
A voz extrema ouvir da boca fria,
O nome do seu Pedro, que lhe ouvistes,
Por muito grande espaço repetistes (Camões, III.133.1-8).

Para a estância 134, o eu-narrador reserva a comparação do processo de perda da vivacidade de Inês com o mesmo experienciado pela flor bonina: antes de ser retirada de seu caule pelas “mãos la[s]civas maltratada / Da minina que a trouxe

na capela” (Camões, p.104, 2012), fora “cândida e bela” (Camões, p.104, 2012), portanto, Inês, que antes era corada e vívida, agora, morta, encontrava-se com “Secas do rosto as rosas” (Camões, p.104, 2012). Com a estância seguinte, o eu-narrador demonstra a tristeza trazida pela morte de Inês às “filhas do Mondego” (Camões, p.104, 2012), ninfas associadas ao rio onde Inês passava seu tempo e divagava acerca de Pedro, afirmando que, para sua eterna memória, as lágrimas foram transformadas em uma “fonte pura” (Camões, p.104, 2012) pela qual “lágrimas são a água e o nome Amores” (Camões, p.104, 2012). Nesses versos têm-se a alusão ao Jardim da Quinta das Lágrimas - localizado em Coimbra -, epicentro de duas fontes: a Fonte dos Amores, local onde aconteciam singelos encontros entre Inês e Pedro; e a Fonte das Lágrimas, na qual supostamente ocorrera o assassinato de Inês em 07 de Janeiro de 1335.

Assi[m] como a bonina, que cortada
Antes do tempo foi, cândida e bela,
Sendo das mãos la[s]civas maltratada
Da menina que a trouxe na capela,
O cheiro traz perdido e a cor murchada:
Tal está, morta, a pálida donzela,
Secas do rosto as rosas e perdida
A branca e viva cor, coa doce vida (Camões, III.134.1-8).

As filhas do Mondego a morte escura
Longo tempo chorando memoraram,
E, por memória eterna, em fonte pura
As lágrimas choradas transformaram.
O nome lhe puseram, que inda dura,
Dos amores de Inês, que ali passaram.
Vede que fresca fonte rega as flores,
Que lágrimas são a água e o nome Amores (Camões, III.135.1-8).

Para finalizar o episódio de Inês de Castro, na estância 136, o eu-narrador apresenta as consequências da ira de Pedro em virtude da morte de sua amada: arquiteta sua vingança ao ascender ao trono, após morte do pai, passando a caçar os algozes, foragidos, responsáveis pela execução de Inês e, aliando-se a D. Pedro I de Castela, o Cruel, firma um tratado de extradição para encontrá-los, “Do outro Pedro cruíssimo os alcança” (Camões, p.104, 2012). Com êxito parcial na tarefa - dada a fuga de Diego Lopes -, “O concerto fizeram, duro e injusto, / Que com Lépidio e António fez Augusto.” (Camões, p.104, 2012), comparando o processo encadeado por ambos os Pedro, para a morte dos dois capangas, ao evento de união entre líderes da história romana que culminou na formação no Segundo Triunvirato (43

a.C.-27 a.C) e na consequente queda atroz da República para a formação do Império Romano pelas mãos de Augusto.

Não correu muito tempo que a vingança
 Não visse Pedro das mortais feridas,
 Que, em tomando do Reino a governança,
 A tomou dos fugidos homicidas.
 Do outro Pedro cruíssimo os alcança,
 Que ambos, imigos das humanas vidas,
 O concerto fizeram, duro e injusto,
 Que com Lépido e António fez Augusto (Camões, III.136.1-8).

3.1. Camões e a simbologia inesiana do amor

No canto em questão, Vasco da Gama, em território africano, narra as glórias dos reis de Portugal ao rei de Melinde e, ao término dos relatos referentes à Batalha de Salado (1340), introduz uma pausa narrativa na qual predomina o constituinte lírico em detrimento do teor eufórico, empregado até então, a fim de iniciar-se o episódio de Inês de Castro.

A composição estrutural do capítulo inesiano, embora não confluyente às características básicas de uma Tragédia Clássica, exprime certos traços que evocam a tragicidade, utilizando-se de informações introdutórias (estâncias 118 e 119) que antecipam o tema a ser narrado, isto é, “O caso triste e di[g]no da memória” (Camões, 2012, p. 100); de antecedentes, remontando tanto aos sentimentos amorosos e felizes que os amantes vivenciavam, quanto à relutância de Afonso IV em aceitá-los, tendo-se em conta o inconveniente desfecho político que essa história poderia acarretar (estâncias 120 a 122); de um clímax, determinado pela decisão do Rei em executar Inês, seguido pelo discurso da jovem constituído em segunda pessoa (tu), o qual instaura um ambiente de intimidade entre as personagens, ainda que cercado pela áurea horrorífica, a fim de efetuar-se o clamor pela misericórdia e por outras alternativas para seu caso (estâncias 123 a 132); e dos desfechos consecutivos (estâncias 133 a 136), configurados pela consumação da fatalidade característica da morte de Inês, pelo tom trágico do narrador épico ao perpassar o sentimento de tristeza que invade outras personagens, e pelas atitudes tomadas por D. Pedro I a partir desse acontecimento.

Outro ponto de ressalva que efetiva a similaridade do episódio a um tom trágico faz-se presente na atitude repentina, embora previsível, realizada pelos algozes contra Inês, seguidamente após a exposição do sentimento de benevolência

gerado no Rei pelo discurso da jovem: “Tais contra Inês os brutos matadores, / No colo de alabastro, que sustinha / [...] / As espadas banhando e as brancas flores / Que ela dos olhos seus regados tinha” (Camões, 2012, p. 132), ou seja, segundo Botelho (2023, p.123) tem-se “a transição da felicidade despreocupada para a desgraça inesperada” em menos de um verso.

Ademais, complementando as atribuições anteriores que remontam o teor trágico ao excerto inesiano, o texto vale-se de intertextualidades com referências à mitologia grega a fim de utilizá-las como recursos estéticos dilatadores do sentido universal daquilo que está sendo narrado, ou seja, concedem-lhe aspectos mais contundentes, baseados nos textos de referenciais consagrados, para uma caracterização de maior êxito e amplitude.

As ocorrências históricas narradas para a estruturação do episódio inesiano são utilizadas a partir da mescla com os tons poéticos e metafóricos que demarcam a obra de Camões: tem-se Inês como vítima da implacabilidade do Amor, isto é, de Eros - segundo a mitologia grega -, o qual, além de usurpar os corações, carecia de sacrifícios por parte de seus amantes a fim de servirem de oferenda em seus altares (Botelho, p.122, 2023). Nesse sentido, o Amor ganha uma índole contrastiva, a qual, do mesmo modo que encanta, ocasiona eventos traumáticos a quem dele usufrui. Vale-se ressaltar que a abstração de Inês como vítima do Amor fora também empregada, anteriormente, por António Ferreira (1996, p. 153, ato IV - cena II), “Já morreu Dona Inês, matou-a Amor”.

Em sua epopeia, Camões ficcionaliza a verdade histórica do fato, lançando mão da verossimilhança, e leva o leitor a um episódio de intensa poetização e liricização. O poeta insiste na inocência de Inês como vítima do amor, mais do que vítima de razões políticas, ao contrário do que os fatos históricos nos revelam (Botelho, 2023, p. 120).

Associada à sua posição como mártir do Amor, Inês protagoniza o romance com Pedro dentro de um contexto lírico construído pelo eu-narrador a fim da adesão de novas cores, sensações e formas aos ambientes de Coimbra, que corroboraram, conseqüentemente, para o imaginário coletivo dotar-se de comoção em vista da trágica história dos amantes. Nesse sentido, a apresentação dos conflitos travados entre os intervenientes aristocráticos ou/e populares e a persistência do casal para realizarem uma história de amor, permite o acréscimo de contornos intensamente emocionais à narração, especialmente nas estâncias em que se retratam as súplicas de Inês, em presença de seus filhos, a Afonso IV, para permanecer viva, tornando-se

a única heroína, vítima do amor, que fora simbolizada por um poeta célebre (Sousa, 1996).

O eu-narrador designa, à Inês, descrições atrativas de uma dama frágil e inofensiva, abrangendo desde a exaltação de seus sentimentos amorosos, também vinculados à dor em perdê-los, até os detalhes em que sua beleza se fazia presente e memorável: converte-se em uma essência romântica, em uma mulher medieval que, embalada pelo amor a Pedro e a seus filhos, entregou-se heroicamente a seu trágico destino. O episódio permitira que Inês fosse interpretada por meio de outras lentes, revestindo-a por uma trama trágica responsável por atribuir-lhe uma personalidade perdurável na ficcionalização medieval “e, mais tarde, na literatura europeia, dado o interesse que a sua vida suscitou nesta área a partir do século XVI” (Santos, 2005, p.120).

A imortalização da história de amor entre Inês e Pedro, por Camões, promoveu a ideia de que o amor infindável conseguiria embasar-se pelo viés mítico, possibilitando a ascensão de um ideal amoroso historicamente possível (Santos, 2005, p.74) na ausência de registros temporais comprobatórios.

4. A LITERATURA E A HISTORIOGRAFIA NO TEMA INESIANO

O primeiro registro historiográfico em que se assinalam os acontecimentos sucedidos entre Pedro, Inês, e os outros participantes dessa história, aparece na *Crónica del Rey Don Pedro*, do escritor castelhano Pêro Lopez de Ayala (1332 - 1407). Na crônica, contempla-se uma resumida cronologia de Inês de Castro, incluindo a sua biografia básica, as suas paixões, o relacionamento amoroso com Pedro e o seu assassinato. Ayala ainda discorre sobre o castigo atribuído aos algozes responsáveis pela morte da moça e sobre a declaração feita por D. Pedro tangente ao seu casamento secreto com Inês outrora.

Em documentos posteriores, Inês é retratada pelos cronistas Rui de Pina (1440 - 1522) e Fernão Lopes (1385 - 1460), em suas respectivas obras, com caracterizações semelhantes: uma jovem à deriva do reino lusitano cujo retrato popular era de uma pessoa vil e intriguista. Além disso, teve seu nome associado, pejorativamente, às expressão “mulher perversa” e, como sinônimo de prostituta, “Colo de Garça” (LUIS, 1983, p. 60). Todavia, com Fernão Lopes, tem-se a primeira descrição historiográfica do tema amoroso que circundava Pedro e Inês, o qual serviu como rascunho inicial para o que viria a tornar-se o mito inesiano, uma vez que, concomitantemente à elaboração escrita de um legado histórico para a eternização da história lusitana, criaram-se possibilidades de manejo do episódio narrado sob um viés mitificado. Por sua vez, Rui Pena encarregou-se de detalhar as cenas finais da vida de Inês de Castro, narrando a chegada de D. Afonso VI, com seus carrascos, a Coimbra, para o cumprimento da decisão do comício referente à execução da moça. O cronista descreve o pedido de misericórdia de Inês e exprime o arrependimento, por parte do Rei, de ser o responsável pelo assassinato, embora influenciado pelas alegações dos algozes (Santos, 2005, p. 55).

Mesmo que, segundo António Vasconcelos (1933), a comoção do Rei diante das súplicas de Inês seja uma figuração inverossímil, levando-se em consideração o caráter sólido do Rei que, dificilmente, se esqueceria da jovem como uma ameaça à estabilidade política do reino lusitano, Pena, assim como Lopes, permitiu a ascensão de uma nova aura aos fatos, concebendo um retrato parcialmente piedoso a D. Afonso IV. Nesse sentido, o cronista consolidou as bases para o surgimento da lenda inesiana e para a inversão dos papéis na história popular: Inês começava

despertar admiração e, gradualmente, deixava seu papel de uma amante qualquer do príncipe.

Torna-se válido para ressalva que o descontentamento do povo lusitano em relação à Inês deriva da ausência de uma origem tradicionalmente popular à história amorosa entre a jovem e Pedro, desse modo, a desconfiança direcionada à Inês viera intuitivamente, principalmente no tocante à possível manipulação por parte de Álvaro e Fernando de Castro que o casal pudesse sofrer e que colocaria em risco a paz dos cidadãos lusitanos. A desaprovação popular diante da união entre o futuro Rei e Inês continuou sendo reproduzida, fundamentalmente nas obras literárias, rememorando-se a função ativa da população lusitana na decisão que desencadeou a morte de Inês (Santos, 2005, p. 55).

A maneira como a historiografia de Inês foi construída permitiu que, nos séculos seguintes, a jovem fosse caracterizada, seja no âmbito literário, seja no âmbito histórico, como uma inocente dama medieval que, por um imaginário equivocadamente construído, tivera sua vida grotescamente ceifada: Inês passara a ser exaltada por sua beleza, ingenuidade e completa devoção à paixão por Pedro, além de posicionar-se corajosamente frente ao Rei, comovido ou não por suas súplicas. Conforme Santos (2005, p. 59):

É verdade que, actualmente, os factos históricos e a lenda inesiana estão de tal modo interligados, que é necessário um maior esforço para conseguir apurar a realidade, ao mesmo tempo, que lhe retiramos tão importantes pormenores que lhe conferem um maior colorido e que mais contraste farão com o que se segue após a execução de Inês.

Na composição literária portuguesa, o tema inesiano destaca-se na obra de Garcia Resende, *Trovas à morte de Inês*, pertencente ao Cancioneiro Geral (1516); no poema épico de Camões, sendo o episódio retratado no presente trabalho, dentro de *Os Lusíadas* (1572); e no teatro de Antônio Ferreira, designado como *A Castro* (1587) (Botelho, 2023, p.118).

Aqui, destacando sua aparição em *Os Lusíadas*, o episódio inesiano ganha delineados líricos e dramáticos provindos da fundamentação de uma catarse coletiva frente às representações trazidas pelas historiografias existentes. Por essa vertente, a literatura incumbiu-se de eternizar tanto o tema amoroso vivenciado por Inês e Pedro, quanto o sofrimento causado pela morte da moça e as consequências que se sucederam, utilizando-se de associações dicotômicas que auxiliam nas formações de vínculos entre a realidade e o mito, expressas, por exemplo, entre as vontades do

Estado e os desejos pessoais de Pedro, e nas súplicas de Inês representadas em conjunto ao seu sentimento de aceitação perante a morte: as linhas dramáticas adotadas pelo narrador épico ultrapassam as vertentes político-ideológicas, desviando o olhar do leitor para a intensidade lírica do caso exposto.

O mito inesiano, como se conhece atualmente, originou-se, aproximadamente, dois séculos após a sucessão de fatos históricos que permeavam a cronografia de Inês. Com Camões, a ficcionalização da pessoa Inês de Castro é rodeada pela poética, tal como foi explicado pelo capítulo anterior da presente dissertação, reconstituindo Inês como, primeiramente, personagem histórica vítima do Amor e, em segundo plano, como uma vítima do Estado, contrastando com as revelações dos registros historiográficos. Nesse sentido, a partir da relação tênue com a história inesiana, pode-se presumir que a ficcionalização literária opera segundo os preceitos da verossimilhança:

A obra de arte, por não estar relacionada diretamente com um referente do mundo exterior, não é verdadeira, mas possui a equivalência da verdade, a verossimilhança, que é a característica indicadora do *poder ser*, do *poder acontecer* (D'Onofrio, 2007, p. 22).

A representação literária vale-se do tom trágico para a elevação do nível emocional na leitura do episódio inesiano, desde a apreciável chegada da moça a Portugal, até a hipotética cerimônia de coroação de Inês, com o simbólico beija-mão, promovida pelo angustiado e dolorido D. Pedro I, atribuindo, ainda, ao episódio inesiano, memórias dramáticas que se sucederam mesmo após sua morte. As primeiras variações quanto à retratação literária da índole de Inês, ora santificada, ora maliciosa, contribuíram para que outros literatos tivessem o anseio de atribuírem outras versões emblemáticas à jovem, expandindo sua história para além dos limites territoriais de Portugal.

Entrelaçando-se a todo momento, a História e a Literatura partilham de dados comuns e, a esses, se atribuem pontos de vista semelhantes e/ou complementares, atingindo o objetivo de ambas as áreas: perpetuar a história de Inês. Portanto, uma vez inviável a dissociação entre sua representação como pessoa e como personagem histórica, Inês de Castro é um exemplo nítido de conversão “da realidade em lenda e da lenda em mito” (Santos, 2005, p.63).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos dos admiradores atemporais do episódio camoniano de Inês de Castro foram cativados pelo encarte lírico que o narrador épico emprega para a retratação do amor excepcional entre Pedro e Inês. Contudo, para além da história entre os enamorados em questão, na presente dissertação, o ponto de discussão mais encarado, devido a suas atribuições afáveis, é relativo a Inês de Castro: a habilidade do narrador épico em suscitar a compaixão do leitor frente aos clamores de Inês, num discurso que transita tão sutilmente entre o intrépido e vulnerável que torna essa passagem quase despercebida por quem a capta, consegue despertar o interesse acerca de quem, de fato, fora Inês de Castro e, principalmente, o porquê da retração de sua existência ser trazida, por Camões, num tom que difere do restante prévio e posterior da obra, por exemplo em “Ao duro sacrifício se oferece” (Camões, 2012, p. 161). Por qual razão assemelhar Inês à imagem divina do cordeiro bíblico do Novo Testamento, símbolo da pureza e da persistência? Seria ela, uma santidade também legitimada através da vertente histórica?

Nesse sentido, investir no estudo sobre o capítulo inesiano em *Os Lusíadas*, é investigar tanto a historiografia de Inês de Castro, quanto o valor de seu papel no imaginário literário medieval, compreendendo de que modo essas duas áreas conversam entre si para efetivar-se um possível trajeto de um dos grandes ícones da literatura portuguesa.

Em síntese, o episódio inesiano integrado à epopeia camoniana se executa tanto como uma história, cuja base manteve-se fiel ao plano real de sua essência historiográfica, quanto como uma estória, carregada pelos lirismos e descrições dramáticas empregados pelo eu-narrador a fim da elaboração de um capítulo passível de comoção, provido de descrições tangentes à tragicidade. Porquanto, de modo leve e preciso, a história ou/e estória contada é acrescida pela descrição dos sentimentos e das emoções vividas pelos protagonistas, rompendo-se, repentinamente, com a perspectiva do poema em materializar-se como um acervo apenas das conquistas levantadas pelo glorioso povo lusitano.

Com o aumento gradativo do interesse sobre a vida e o fim de Inês de Castro, *Os Lusíadas* passou a ser considerado como um meio de expansão para o mito inesiano por toda a Europa até os dias atuais, dando à luz, por meio dos artifícios líricos, a um tema memorável para a literatura universal. Camões, ademais, permite

que Inês, seja como personagem histórica, seja como pessoa, reúna, final e postumamente, os atributos necessários para tornar-se visível frente à representação do Amor enquanto entidade, cumprindo, inevitavelmente, a promessa de D. Pedro I, a de que Inês “reinaria depois de morta e até ao fim do mundo.” (Santos, 2005, p. 64).

REFERÊNCIAS

BOTELHO, Michel Jones. **Intertextualidade mitológica presente no episódio de Inês de Castro, transcrito na epopeia camoniana**. Revista Literatura e Mito: História, Memória e Identidade: v.15, n.30, p. 117-128, 2023.

BUENO, Francisco da Silveira. **Os Lusíadas - Comentados por Francisco da Silveira Bueno**. 2ªed. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1960.

CAMÕES, Luís Vaz de. **Os Lusíadas**. 3ªed. São Paulo: Martin Claret, 2012.

CAMÕES, Luís Vaz de. **Os Lusíadas - Grande edição ilustrada, revista e prefaciada pelo Dr. Sousa Viterbo**. Lisboa: Empresa da História de Portugal, 1900. [Ilustrações por Roque Gameiro].

D'ONOFRIO, Salvatore. **Forma e sentido do texto literário**. São Paulo: Ática, 2007. (Ática universidade)

FERREIRA, António. Castro. In: SOARES, Nair de Nazaré Castro. **Introdução à Leitura da Castro de António Ferreira: estudo, texto integral e notas**. Coimbra: Almedina, 1996.

FUNDAÇÃO INÊS DE CASTRO. **Inês de Castro: biografia**. Coimbra, 2023. Disponível em: <<https://fundacaoinesdecastro.com/ines-de-castro/>> Acesso em 23 de nov. de 2023.

GARMES, Hélder e SIQUEIRA, José Carlos. **Cultura e memória na literatura portuguesa**. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2009.

LENCASTRE, Isabel. **Bastardos Reais - Os Filhos Ilegítimos dos Reis de Portugal**. Alfragide: LeYa, 2012.

LIMA, Rahissa Oliveira de; ARRUDA, Larissa de Souza. **Inês de Castro: exercício de memória e de ficção**. Revista Medievalis, v.10, n.2, p. 77-88, 2021.

LOPES de AYALA, Pêro. **Crónica del Rey Don Pedro y del Rey Don Enrique, su hermano, hijos dei rey don Alfonso Onceno**. Buenos Aires: Ediciones críticas, 1997.

LUÍS, Agustina Bessa. **Adivinhas de Pedro e Inês**. Lisboa: Guimarães, 1983.

SANTOS, Ana Margarida Amaro Ferreira dos. **Inês de Castro: o tema inesiano na historiografia romântica**. Tese (Mestrado em História Medieval). Faculdade de Letras, Universidade do Porto. Porto, 2005.

SOUSA, Maria Leonor Machado de. **Pedro e Inês - Um Tema de Sempre**. Coimbra: Fernandes e Terceiro, 1996 (Edição privada da Quinta das Lágrimas).

VASCONCELOS, António de. **Inês de Castro: estudo para uma série de lições no curso de História de Portugal**. 2a ed., rev. Barcelos: Portucalense Editora Lda., 1933.